



Senado aprova PEC 55, que congela gastos públicos

Pela medida, gastos serão reajustados com base na inflação do ano anterior, sem possibilidade de crescimento **Págs. 4 e 5**

BRASIL

Michel Temer propõe reforma na Previdência

PÁG. 7

ARTIGO

Ubiratan Félix fala sobre os golpes de 1964 e de 2016

PÁG. 6

OPINIÃO

PEC 55 não toca nas origens da crise

PÁG. 2

Foto: Claudionor Santana



Fênix é o campeão da 3ª COPA SENGE de Futebol Society

Equipe venceu o Galo de Ouro por 3x2 **Pág. 3**



QUO VADIS?

É cada vez mais patente que a crise política que atravessamos se aprofunda, o ambiente social se deteriora sem que vislumbremos uma saída no curto prazo. A substituição de Dilma por Temer sequer minimizou os aspectos negativos da economia e da política. A claqué política que assumiu o governo perdeu completamente o rumo e simplesmente passou a dividir o butim com o novo grupo, continuando com um legislativo sem nenhuma representatividade, um executivo fraco, sem legitimidade e um STF submisso.

O recente episódio no qual o presidente do senado, Renan Calheiros, abertamente se recusa a receber uma notificação do STF e em seguida recebe do mesmo o sinal verde para continuar a frente da casa é contundente. Isto para continuar encaminhando a votação da agenda conservadora vinda do executivo: PEC-55, contrarreforma da previdência e reforma trabalhista.

Uma pergunta que não quer calar: Se todas essas reformas isentam de qualquer ônus o capital financeiro, deixando intactos os compromissos com o pagamento da duvidosa dívida pública, a contrarreforma da previdência vai passar os serviços de saúde para o setor privado e a reforma trabalhista vai retirar direitos trabalhistas históricos para aumentar o lucro das empresas, a quem serve o governo Temer? Respostas para o JE.

A PEC do Teto e a dívida pública

HONÓRIO GIL*

Esteve em tramitação no Senado a PEC 55 (antiga 241), que insere no texto da Constituição Federal o congelamento dos gastos e investimentos sociais por até 20 anos, além de garantir recursos para “empresas estatais não dependentes”. Este projeto foi apresentado como solução para a crise de insolvência dos entes Federativos - União, estado e municípios.

Sabemos que este projeto não toca nas origens da crise que, entre outras, estão os empréstimos feitos para cobrir o rombo financeiro provocado pelas isenções fiscais concedidas a grandes empresas. A contra partida exigida pelo governo federal para novos empréstimos é o dramático ajuste fiscal que tem na sua essência a privatização de empresas estratégicas lucrativas. Ou seja, está em marcha o desmonte do Estado brasileiro, pois os referidos empréstimos não são aplicados em termos da arrecadação e infraestrutura para promover o retorno esperado. Assim, o passivo aumenta de maneira descontrolada e mais empréstimos são feitos para cobrir prejuízos de privatizações inadequadas. A exemplo da Supervia, depois de privatizada que, mal administrada, recebeu R\$39 milhões do governo estadual e continua prestando serviços ineficientes aos usuários.

Assim, a ciranda da destruição do Estado brasileiro vem crescendo e se agrava, mais do que nunca, com a imposição do Governo Federal do congelamento dos gastos por até 20 anos. Essa situação torna mais grave e aprofunda a recessão que o governo Temer diz combater. Esta PEC 55 também não prevê a contenção dos juros da dívida pública e isto contribui para chegar ao colapso financeiro nos entes da Federação.

Os banqueiros e corporações são os credores da dívida pública brasileira, a qual, segundo a coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida Pública, Maria Lúcia Fatorelli, é ilegítima, precisa ser auditada por exigência da Constituição Federal, está sem controle crescendo de maneira explosiva. Isso acontece porque os recursos do Orçamento Público Federal são desviados de sua finalidade para gastos com pa-

gamentos de juros sobre a sobra de caixa dos bancos (operações compromissadas). E também em operações de SWAP cambial ilegais.

A Auditoria Cidadã registra desde 2010 um superávit primário que em 2015 atingiu cerca de três vezes o déficit apresentado pelo Ministro Meirelles no valor de R\$ 170 bilhões. Temos assim, a certeza de que “a tal crise financeira” anunciada pela “mídia amestrada” não existe e é, portanto, injustificada. Ela só “procede” pela disponibilidade da força nacional de segurança para auxiliar as polícias locais e juntas reprimirem as manifestações legítimas em defesa dos direitos adquiridos conquistados pelos servidores públicos com muita luta e que estão sendo retirados na marra.

Para finalizar, destaco o art. 102, inciso V que cria um mecanismo fraudulento que foi decisivo para inviabilizar a economia da Grécia. Trata-se da criação de “estatais não dependentes” (de capital privado) que

operam a transferência dos recursos públicos para o setor privado através da emissão de debêntures lastreadas nos créditos das dívidas ativas podres de municípios, estados e União, que garantem 100% do valor dos créditos

referidos para estas debêntures mesmo sabendo que estas dívidas ativas só são recebíveis apenas 5%. A aprovação desta PEC tornará constitucional esse escandaloso mecanismo que já existe ilegalmente em SP, Goiás, Belo Horizonte, Paraná e Recife.

O tribunal de contas da União (TCU) já se manifestou sobre esta questão: “A emissão de debêntures por empresa estatal não dependente, com garantia pública mascarado de “cessão” ou “novação” de créditos podres está expressa em trechos do relatório do tribunal de contas, referencia: TC016585/2009, que condena este tipo de negócio”.

Pelas razões expostas a Auditoria Cidadã da Dívida Pública afirma que “esse esquema financeiro ilegal rouba o Estado, lesa a sociedade e transfere a conta para o trabalhador”. Esta PEC é uma tragédia anunciada e é um crime contra os Estado Social.

"A ciranda de destruição do Estado brasileiro vem crescendo e se agrava"

*Ex-diretor do SENGE-RJ e engenheiro aposentado da CEDAE.



Senge-RJ

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antonio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Beserra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá, Victor Marchesini Ferreira

COLETIVO DE COMUNICAÇÃO
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Jorge Saraiva da Rocha, Miguel Santos Leite Sampaio e Victor Marchesini Ferreira

CONSELHO FISCAL
Efetivo: José Stelberto Porto Soares, Paulo César Quintanilha, Sônia da Costa Rodrigues
Suplente: Antônio Carlos Alvares Grillo

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Repórter: Marcelle Pacheco

Estagiária: Samantha Su

Diagramação: Leonardo Santos

Revisão: NPC

E-mail: comunicacao@sengerj2.org.br

Tiragem: 2.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Fotos: Claudionor Santana



Acima: Foram quatro rodadas de duelos entre as 12 equipes inscritas; ao lado: confraternização dos participantes

RESULTADOS

SEMIFINAIS

CEUCOO 3 X 7 GALO DE OURO
FENIX 2 X 0 CARROSSEL CARIOCA

3º LUGAR

CARROSSEL CARIOCA 4 x 3 CEUCOO

FINAL

FENIX 3 X 2 GALO DE OURO

FUTEBOL FEMININO

INTEGRADAS 3 X 3 DERIVADAS

CAMPEÃO: FÊNIX

VICE-CAMPEÃO: GALO DE OURO

TERCEIRO LUGAR: CARROSSEL

QUARTO LUGAR: CEUCOO



Fênix é o campeão da Copa Senge-RJ 2016

Equipe venceu o por 3x2 o Galo de Ouro, que ficou em segundo

Por André Vieira

A Copa Senge-RJ tem um novo campeão: Fênix. Após acirrada disputa de semifinal e final, ocorrida no último sábado (26), o time Fênix levou a melhor e sagrou-se campeão da edição do 2016 do torneio ao vencer na final a equipe do Galo de Ouro por 3x2. Na disputa pelo terceiro lugar, Carrocel Carioca venceu por 4x3 o Ceucoo.

O sábado (26) começou com a disputa das semifinais. Após quatro rodadas de duelos entre as 12 equipes, as semifinais foram jogadas entre: Ceucoo 3x7 Galo de Ouro; Fênix 2x0 Carrocel Carioca. “Dessa vez não deu para a gente chegar no troféu de campeã, mas próximo ano a gente vem forte com nossos reforços, com mais treino, mais dedicação para que a gente consiga reverter e buscar esse título novamente”, prometeu David Bard, engenheiro e jogador do Galo de Ouro, que ficou em segundo na Copa Senge-RJ 2016.

CAMPEÃO

A equipe Fênix venceu pela primeira vez a Copa. Luís Carlos, en-



Para os diretores do SENGE-RJ, a integração promovida é fundamental

genheiro jogador da equipe campeã, lembra que o mais importante do torneio é a possibilidade de integração entre os profissionais da engenharia. “Essa integração que o Senge faz e a possibilidade de conhecer outros profissionais e trocar ideia, fazer novas amizades e comemorar. Ser campeão é o menos importante. O mais importante é a amizade e tudo o que a gente conquistou durante esses meses de competição”, destaca o atleta.

Opinião reforçada por Jorge Antônio, diretor do Senge-RJ e coordenador do Capeonato. “Aproximar pessoas que estão distantes do sindicato é ótimo. O resultado desse evento é isso. As pessoas participaram e querem que seja realizado o próximo. Isso é muito importante. É muito gratificante para todos que participaram e eu me sinto muito honrado de poder participar de um evento como esse”, comemora Jorge Antônio.

FUTEBOL FEMININO

O sábado foi também o momento para o segundo amistoso entre as equipes Integradas e Derivadas, do futebol feminino. Em uma partida muito equilibrada entre os dois times, o resultado foi de 3x3. “Com alguns acertos de posicionamento, de marcação, nós conseguimos equilibrar o jogo e foi essa batalha campal que ficou no 3x3”, revela Caetana Braga, projetista e goleira da equipe Derivadas.

A força do futebol feminino e consolidação de espaço dentro da Copa Senge-RJ mostram que o lugar de mulher é onde ela quiser. A engenheira Luana Carneiro, atacante da equipe Integradas, destaca a importância dos amistosos e reivindica novos passos para o futebol feminino da engenharia. “Parece que só homem joga, mas quando a gente começa a chamar todo mundo consegue juntar muitas mulheres. Conseguimos fazer dois times e esperamos que ano que vem a gente consiga fazer um torneio só feminino”, fala Luana.

PEC 55 é aprovada no Senado

Proposta congela drasticamente os gastos em saúde e educação

Com 53 votos a favor e 16 contra, o Senado aprovou, em segundo turno, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos. A proposta limita os gastos públicos, entre eles saúde e educação, pelos próximos 20 anos, a partir de 2017, com possibilidade de revisão a partir do décimo ano de vigência. Pela medida, os gastos públicos totais serão reajustados com base na inflação oficial do ano anterior.

A PEC foi aprovada no mesmo dia em que, 48 anos atrás, foi baixado o Ato Institucional nº5, que fechou o Congresso e iniciou o mais duro período da Ditadura Militar. Sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, o AI5 deu poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendeu várias garantias constitucionais.

Uma das principais críticas da oposição é que a PEC aumenta o superávit primário, sem aumentar a receita, e diminui a participação dos gastos do governo. Com isso, os recursos da saúde e da educação serão canalizados para o pagamento da dívida pública. A PEC não mexe nos gastos com o Judiciário, gastos com publicidade do governo e com o pagamento dos juros da dívida pública.

“A PEC 55 vai estagnar os recursos e os investimentos e, consequentemente, vai gerar um destocamento de toda a engenharia e de toda a cadeia produtiva dos serviços que atendem a população”, critica o vice-presidente do SENGE-RJ e presidente da Fisenge, Clovis Nascimento.

Caso a PEC tivesse sido aprovada em 1995, o investimento em saúde em 2015 teria sido de R\$ 46,5 bilhões. O valor investido no ano foi de R\$ 106 bilhões, uma diferença de 59,5 bilhões ou 56%.

“A PEC irá definir a política que será usada nos próximos vinte anos, independentemente de quem seja eleito. E qual é a essa regra? Que os gastos primários da União - saúde, educação, previdência, servidores, todos os demais benefícios sociais - não possam crescer além da inflação do ano anterior, mesmo que o PIB



Protestos contra a PEC 55 foram realizados em todo o Brasil



Polícia usou violência para controlar quem se manifestava

cresça. A despesa não poderá acompanhar um possível crescimento e ficará travada apenas pela inflação do ano anterior. E isso vai impor uma queda forte do tamanho das despesas primárias em relação ao PIB [Produto Interno Bruto]”, critica a Esther Dweck, economista e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em entrevista à Fisenge.

“Na prática, o que estão fazendo é definir qual vai ser o crescimento das despesas em 20 anos, que é o não crescimento. Isso significa que só acompanha a inflação, mas não cresce, não

acompanha a receita e nem o PIB, independentemente de quem seja eleito, o que acaba travando a possibilidade de atuação do governo no ciclo econômico. E ainda impõe que, a cada ano, haja um corte”, completa Esther.

Segundo o governo, a PEC 55 não prejudica a saúde e a educação, pois seu único objetivo é promover maior realismo orçamentário. As autoridades afirmam que ela não congela os gastos reais com saúde e educação, só estabelece que, para aumentá-los, será necessário diminuir os gastos reais em outros itens do Orçamento. No entan-

to, a proposta contém um artigo específico que prevê a redução dos atuais mínimos constitucionais de gastos com saúde e educação.

A Constituição em vigor determina que ao menos 18% da Receita Líquida de Impostos (RLI) do governo federal devem ser gastos obrigatoriamente em educação. Na saúde, o mínimo é 15% da Receita Corrente Líquida (RCL), percentual a ser alcançado gradualmente até 2020.

A obrigatoriedade de aplicações iguais ou superiores a esses percentuais é considerada indispensável para combater a profunda desigualdade de acesso à saúde e à educação no País.

O relator especial da Organização das Nações Unidas para a Pobreza Extrema e os Direitos Humanos, Philip Alston, emitiu um comunicado no qual afirma que a aprovação da PEC 55 é um “erro histórico” que provocará “retrocesso social”.

“Essa proposta é muito problemática, não é nada coerente com os direitos humanos. Limitar gastos sociais por um período de 20 anos é completamente inaceitável e nenhum governo poderia ter o direito de restringir as opções de governos futuros nesse sentido”, disse Alston para a Carta Capital.

Além disso, ele se impressionou com a velocidade com que a proposta tramitou no Congresso Nacional. A primeira votação no Senado ocorreu no mesmo dia do acidente com o avião do time da Chapecoense. Foi o maior acidente aéreo na história do futebol mundial e teve repercussão em todo o mundo.

DÍVIDA PÚBLICA

Com o argumento de que é necessário “estancar a explosão da dívida pública”, o governo Temer defende que é necessário reduzir as outras despesas para pagar juros e, assim, reduzir a dívida.

No entanto, um estudo do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, feito por Petrônio Portella Nunes Filho, mostra que é uma “falácia a afirmativa de que teria havido, nos anos recentes, um aumento sem prece-



Foto: Miala Ninja

A foto que chocou a internet: Senadores comem e bebem enquanto manifestantes protestam em Brasília

dente no endividamento federal”.

No documento, intitulado “A PEC do Teto de Gastos é necessária? Estudo do endividamento Federal após o Plano Real”, são analisados os valores da dívida pública entre 1994 e 2015. O estudo mostra que o endividamento descontrolado e explosivo ocorreu durante os 8 anos de governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), com o aumento de 752% da Dívida Líquida Total. Além disso, foi duplicado em relação ao PIB, com aumento de 18,9% para 37,7%. No entanto, com os dois presidentes posteriores, Lula e Dilma, a dívida diminuiu em relação ao PIB. Somando os dois, a relação DLT/PIB baixou de 37,7% (em 2002) para 22,2% (em 2015).

Tal redução se deu só até 2013. No biênio 2014-2015, a dívida líquida federal, de fato, apresentou aumentos modestos em razão da recessão brasileira: 2,9 pontos percentuais em relação ao PIB. Uma elevação da mesma ordem de grandeza se deu, no período, com a dívida líquida dos governos estaduais e municipais (aumento de 2,4 pontos percentuais).

Mesmo com o aumento da dívida nos dois anos de recessão econômica, entre 2014 e 2015, o governo Dilma (2011-2015) registrou grande redução na dívida líquida federal, tanto em termos reais quanto em relação ao PIB. Entre 2011 e 2015, a dívida líquida fe-

O QUE É A PEC 55?

Proposta de Emenda Constitucional que limita os gastos públicos por 20 anos.

O que o governo golpista diz?

O governo afirma que é necessário instituir um teto de gastos para “sair da crise” e “ajudar a economia crescer”.

O que o governo golpista não diz?

Com esse projeto, apenas a população, especialmente a

mais pobre, irá arcar com as consequências. Ao invés de diminuir os gastos com bancos e as grandes empresas privadas que sugam o dinheiro público, o governo quer aumentar ainda mais as desigualdades sociais,

deral teve aumento nominal de apenas 31%, enquanto a inflação acumulada no período foi de 41%.

O estudo refuta também outro argumento do governo Temer para um suposto des controle do endividamento federal: a Dívida Bruta. Para o estudioso, trata-se de um indicador inadequado. Ele soma ao endividamento federal as dívidas de Estados, Municípios e suas estatais, além de excluir ativos federais de alta relevância, como as reservas internacionais. Para Petrônio, a dívida líquida é o indicador mais usado internacionalmente – inclusive no Brasil – para medir a solvência de um país, sendo inclusive recomendado pelo FMI.

“Se a Dívida Bruta do Governo Ge-

ma, isto se deveu em grande parte ao aumento das reservas internacionais, que saltaram de US\$ 37,8 bilhões em 2002 para US\$ 356,5 bilhões em 2015. A Dívida Bruta do Governo Geral desconsidera as reservas internacionais, dando uma imagem distorcida do endividamento público brasileiro. A Dívida Líquida do Governo Federal e Banco Central é o indicador econômico que melhor reflete a evolução do endividamento federal brasileiro. Ele não foi citado na Exposição de Motivos da PEC porque ele teve grande redução em relação ao PIB – e também em termos reais – no Governo Dilma”, afirma o documento.

O estudo defende também que é normal que as dívidas públicas aumentem durante períodos de recessão

e que combater recessão com arrocho fiscal é seguir a receita que levou a União Europeia à mais longa e severa recessão de sua história.

PRIVATIZAÇÃO

Com a redução significativa nos gastos em saúde e educação, haverá um grande impacto sobre a parcela mais pobre da população e o estímulo aos negócios privados nas duas áreas.

O governo Temer, já sinalizando que pretende desqualificar a educação pública, não divulgou os resultados dos Institutos Federais no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Por “equivoco”, como informou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), as notas de 96% das escolas federais foram excluídas da divulgação do Enem. A medida provocou muita discussão, pois aumentou a concentração de escolas privadas entre as médias mais altas do país.

Além disso, os alunos das escolas federais têm a mesma pontuação que alunos de países desenvolvidos no Programa Internacional de Avaliação de Estudante 2015 (PISA), em inglês. O programa é realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Os 517 pontos que os alunos das federais conseguiram no PISA são comparáveis aos dos alunos da Coreia do Sul. Em leitura, os 528 pontos os colocam no mesmo patamar de Canadá e Hong Kong. E os 488 pontos de matemática, na mesma linha que os estudantes de Luxemburgo.

ALTERNATIVAS

Para a oposição, existem outras medidas que poderiam ser adotadas para controlar gastos em um momento de crise. A principal delas é o aumento de impostos sobre os ricos. A partir de 2008, 21 dos 34 países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico aumentaram a tributação dos mais ricos.

Os Estados Unidos elevaram as alíquotas máximas do Imposto de Renda daquela camada e o Chile tomou medida semelhante em 2013, para financiar a educação. O Brasil é um dos poucos lugares onde não se toca no tema.

Para os super-ricos daqui, com renda média de 4 milhões de reais, dois terços dos seus ganhos, compostos de lucros e dividendos, são isentos e um quarto está aplicado no mercado financeiro com alíquotas, em média, entre 16% e 17%.

1964 e 2016: tragédia e farsa dos golpes

Os golpes de 1964 e de 2016 tiveram mais em comum do que muitos supõem. Muito se tem dito que a atual deposição de governo eleito não foi um golpe por não ter caráter militar e por seguir os ritos estabelecidos na Constituição. Mas, em 1964, houve participação civil, parlamentar e do STF, exatamente como hoje.

Em 1964, a base de apoio do presidente João Goulart, que era composta pelo PTB e PSD, se fragilizou. O PSD se deslocou do centro para a direita, se aproximando da oposição conservadora e antinacionalista liderada pela UDN. A coligação PTB/PSD, forjada por Getúlio Vargas, em 1950, consolidou-se na eleição de 1955, com a chapa Juscelino Kubitschek (PSD) e João Goulart (PTB). Na eleição seguinte, apesar da simpatia de Juscelino pelo nome do General Juraci Magalhães, ex-governador da Bahia e Presidente Nacional da UDN, a aliança foi mantida com a indicação da cabeça da chapa pelo PSD do Marechal Henrique Teixeira Lott e a continuidade de João Goulart como vice-presidente.

A proposição das reformas de base fez com que amplos setores da classe média, da Igreja Católica e do empresariado se mobilizassem – culminando na famosa “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” que levou cerca

de 500 mil pessoas, em São Paulo, a se manifestarem contra “a república sindicalista, a corrupção e o suposto perigo vermelho”. A agitação dos subalternos das forças armadas e a política nacionalista do governo Jango provocaram a adesão dos militares e do governo americano ao golpe.

O golpe de 1964 também foi parlamentar, pois, na madrugada de 02 de abril, o presidente do Congresso Nacional, Auro Moura de Andrade, decretou vaga a Presidência da República sob a alegação de que o presidente João Goulart (sabidamente no Rio Grande Sul) tinha abandonado o Brasil sem autorização do Congresso; o verdadeiro motivo para a deposição, entretanto, eram a crise econômica, a política nacionalista e as reformas de base.

O STF e o congresso nacional legitimaram o golpe, pois Moura de Andrade, após a decretação da vacância da presidência, seguiu todos os ritos previstos na Constituição Federal de 1946. Deu posse ao presidente da Câmara, o deputado Ranieri Mazzilli, e em 30 dias realizou a eleição indireta como estava previsto na Constituição. Nela, foi eleito o Marechal Humberto de Castelo Branco, tendo como vice o deputado José Maria Alkmim do PSD, partido de sustentação do governo Goulart. A bancada do PSD, seguindo a orientação

de Juscelino Kubitschek, votou em peso na chapa, com exceção do deputado Tancredo Neves que, na madrugada de 02 de abril, já tinha protestado contra a deposição de Jango – com dedo em riste gritou “canalha, canalha” quando Moura Andrade decretou a vacância da Presidência da República.

A maioria dos deputados do PSD que votaram em Castelo Branco foram cassados e/ou presos, inclusive Juscelino. É importante destacar que todos os ritos e formalidades constitucionais foram seguidos à risca mas, mesmo assim, o que ocorreu em 1964 foi um golpe civil, militar e do capital financeiro.

Em 2016, ocorreu o mesmo enredo, com atores diferentes mas motivação similar: esgarçamento da base aliada, crise econômica e esgotamento do modelo nacional, reformista e desenvolvimentista. Os ritos e as formalidades supostamente democráticas e constitucionais foram seguidos, porém o impedimento foi baseado em uma falsa alegação de crime de responsabilidade para afastar a presidente eleita Dilma Rousseff. Logo, o que ocorreu no Brasil em 31 de agosto, apesar das aparências de legalidade, foi um golpe que não teve nada de original, e sim a repetição de uma tragédia em forma de farsa.

• Ubiratan Félix é Professor do IFBA

O "Pacote de Maldades" de Pezão para conter crise

Policiais atirando em manifestantes de dentro de uma igreja. Esse é o retrato da crise no Rio de Janeiro. O governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) colocou a Polícia Militar contra servidores públicos, que lutam contra as medidas impostas pelo governador para controlar a crise financeira que assola o estado.

Um dos principais pontos do chamado “Pacote de Maldades” de Pezão é a mudança nas regras do Bilhete Único. A passagem, que custa atualmente R\$ 6,50, será reajustada para R\$ 8. Sem o desconto, alguém que sai de Niterói num ônibus intermunicipal e pega um outro coletivo no Rio gastaria R\$ 11,20, ou seja R\$ 448 por mês.

Hoje, quem trabalha de segunda a sexta, o gasto com bilhete único é de R\$ 260. O valor representa 28% da renda média dos trabalhadores da região metropolitana que é de R\$ 900, segundo dados do Instituto dos Economistas, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir de janeiro, com o valor R\$ 8 do Bilhete Único Intermunicipal, esse percentual vai subir para 35% da renda média de cidades como São Gonçalo, onde a renda per capita (por pessoa) é de 896 reais, e em São João de Meriti, 904 reais.

Outras medidas são a suspensão de reajustes salariais já concedidos, o aumento das alíquotas de contribuição previdenciária, o desconto de 30% dos vencimentos de inativos para a reforçar o caixa da Previdência Estadual e o corte de gratificações pagas a comissionados.

A oposição, no entanto, defende que a crise financeira do Rio de Janeiro é resultado das isenções fiscais que as empresas privadas recebem. Desde que o governo decretou estado de calamidade, o Estado concedeu 76 isenções fiscais. Uma das empresas beneficiadas foi a Sara Joias, acusada de participar de esquema de lavagem de dinheiro que envolveria o ex-governador Sérgio Cabral.

art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Sengen fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Sengen RJ
Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro

Acesse o nosso site e conheça o curso de

Autovistoria Predial

www.sengerj.org.br

Michel Temer propõe reforma drástica na Previdência Social

Golpista, que se aposentou com 55 anos, quer obrigar brasileiros a trabalharem até morrer

O presidente golpista Michel Temer, que se aposentou com 55 anos, propôs uma reforma drástica da Previdência Social. Para pressionar o trabalhador a contribuir mais tempo e melhorar o valor a receber, a proposta irá mexer no cálculo da aposentadoria. Para se aposentar com 100% do benefício, por exemplo, será preciso contribuir por 49 anos. A aposentadoria, no entanto, será compulsória aos 75 anos.

Pelas novas regras que o governo pretende aprovar, o tempo mínimo de contribuição será de 25 anos. No entanto, com o cumprimento desse período, o trabalhador terá direito a somente 76% da aposentadoria, respeitando-se o piso do salário mínimo. A cada ano de contribuição, será somado mais 1% ao cômputo, até completar 100%. Além disso, a idade mínima passa a ser de 65 anos, independentemente do gênero do contribuidor ou da contribuidora.

Atualmente, as regras gerais da previdência social preveem que os trabalhadores têm direito à aposentadoria se comprovarem o mínimo de 180 meses de trabalho (quinze anos), além da idade mínima de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher. Para conquistar o benefício integral, mulheres devem contribuir por 30 anos, e homens por 35 anos.

AINDA MAIS INJUSTIÇA

Segundo dados do “Relatório de Desigualdade Global de Gênero de 2016”, do Fórum Econômico Mundial, o Brasil ocupa o 129º lugar entre 144 países pesquisados sobre equidade salarial entre homens e mulheres. Ainda segundo o estudo, serão necessários 104 anos para igualar as remunerações de brasileiros e brasileiras que exercem a mesma função. O Brasil está atrás de Argentina, Paquistão, Colômbia e Venezuela.

Este é um dos motivos pelos quais mulheres e homens têm regimes de aposentadoria diferentes atualmente. Mulheres se aposentam cinco anos mais cedo, tanto na Aposentadoria por Tempo de Contribuição quanto

REGRAS DA APOSENTADORIA		Como ficam os principais pontos após a reforma da previdência
	HOJE	REFORMA DO TEMER
IDADE DA APOSENTADORIA	Soma da idade do tempo de contribuição precisa ser igual a 85 anos para as mulheres e 95 para os homens	Todos devem ter no mínimo 65 anos de idade e 25 de contribuição
MILITARES	Tem regime especial de servidores públicos e funcionários da iniciativa privada. Podem ir para a reserva após 30 anos de serviço, fazendo com que muitos se aposente antes dos 50	Nada muda
TRABALHADOR RURAL	Mulheres a partir dos 55 e homens a partir dos 60, ambos com 15 anos de contribuição	Homens e mulheres a partir dos 65 anos, com 25 anos de contribuição
SERVIDORES PÚBLICOS	Regimes diferenciados dos trabalhadores da iniciativa privada	Fim das diferenças entre regime da previdência público e privado
TEMPO MÍNIMO DE CONTRIBUIÇÃO	15 anos	25 anos

da Aposentadoria por Idade.

Isso ocorre porque, com base em pesquisas, mulheres têm dupla jornada de trabalho – porque os afazeres domésticos e o cuidado com os filhos ainda recaem quase exclusivamente a elas – estão inseridas no mercado em ocupações mais precárias, com maior informalidade, menor remuneração e maior rotatividade. Além disso, quando têm filhos, mulheres ficam em média cinco anos fora do mercado por falta de creches compatíveis com horários comerciais de trabalho.

TRABALHAR ATÉ MORRER

A principal justificativa para a Reforma da Previdência é o aumento da expectativa de vida no Brasil, que chegou, em média, a 75,5 anos, segundo dados do IBGE. Com isso, quem defende a reforma afirma que as pessoas passam mais tempo inativas, sem “recebendo sem produzir”.

No entanto, há uma diferença muito grande nessa idade quando analisamos por estado. Essa diferença chega até a 8,4 anos, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A maior expectativa de

vida é registrada em Santa Catarina, e a menor, no Maranhão. Enquanto a esperança de vida dos catarinenses é 79 anos, para os maranhenses é 70,6 anos.

A Região Nordeste fica atrás somente do Norte, onde o tempo médio de vida dos brasileiros é 72,2 anos. Rondônia, Roraima e Amazonas puxam o indicador para baixo, com esperanças de vida respectivamente de 71,3 anos, 71,5 anos e 71,9 anos. No Nordeste, apesar de o Maranhão ter a menor expectativa do Brasil, estados como Paraíba (73,2 anos), Bahia (73,5 anos) e Ceará e Pernambuco (73,9 anos) ajudam a melhorar o índice.

A situação torna-se ainda mais desigual quando é avaliada a expectativa de vida por municípios. Se a idade mínima de 65 anos passasse a valer hoje, em 19 municípios do país, cuja esperança de vida é, em média, de 65 anos, os trabalhadores não iam se aposentar antes de morrer. Em outros 63 municípios, cuja expectativa de vida é, em média, 66 anos, as pessoas usufruiriam da aposentadoria por apenas cerca de um ano.

Os dados constam do Atlas do De-

senvolvimento Humano do Brasil, elaborado em 2010 e divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013. O atlas é elaborado a cada dez anos, e, atualmente, é a estatística mais recente e completa disponível.

Temer, de 76 anos, e seus principais auxiliares no Palácio do Planalto, os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Geddel Vieira Lima (Secretaria de Governo), entusiastas da reforma, se aposentaram cedo.

Temer aposentou-se aos 55 anos, em 1996, como funcionário do estado de São Paulo, na condição de ex-procurador. Seu benefício é de 30 mil reais – em agosto, devido a férias, recebeu 45 mil. Considerando o salário de presidente (30 mil), custa 60 mil reais mensais aos cofres públicos, fora extras.

Padilha, de 71 anos, é aposentado desde os 53 anos e recebe 19 mil mensais na condição de ex-deputado. Idem para Vieira Lima, de 57 anos, aposentado desde os 51 anos, com benefícios de 20 mil mensais. O salário da dupla como ministros é de 30 mil reais.

“População ainda está pagando a conta das privatizações no Brasil”

Fonte: Brasil de Fato

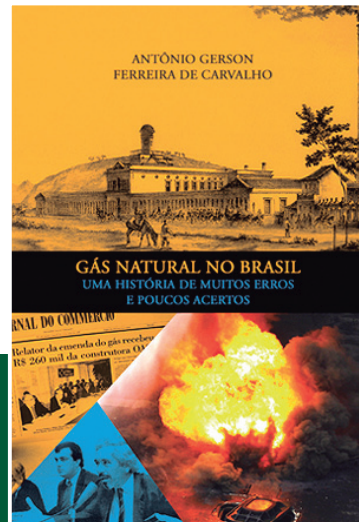
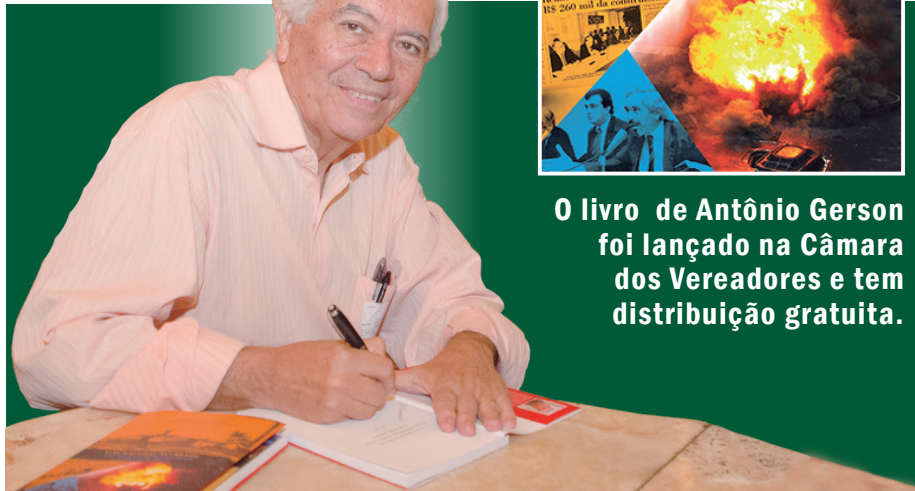
O uso de energias caras, produzidas sem planejamento, é uma consequência da privatização de empresas públicas na década de 90, segundo o engenheiro mecânico Antônio Gerson Ferreira de Carvalho. Ele lançou, na última quarta-feira (7), o livro “Gás Natural no Brasil: uma história de muitos erros e poucos acertos”, lançado pelo Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (Senge-RJ).

Antônio Gerson é conhecido no setor por ser ex-superintendente de Gás da Secretaria de Estado de Energia, Indústria Naval e Petróleo do RJ e ex-presidente e diretor do Senge-RJ. Além disso, tem pós-graduação em Gás Natural, pela École de Metiers Gaz de France (França) e pós pela escola de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

No livro ele mostra como a falta de visão estratégica dos governos da década de 1990 criaram uma crise energética, com desdobramento inclusive nos dias de hoje. “Quando o governo Fernando Henrique Cardoso decidiu privatizar a distribuição de gás natural ele não criou mecanismos que obrigassem as concessionárias a realizar investimentos e expansão da rede. Isso fez com elas se concentrassem no filé mignon e apostando principalmente nos grandes clientes. Isso exige um grau de investimento baixo e alta taxa de lucro”, afirma o engenheiro.

O problema é que essa diretriz cria

Adriana Almeida



O livro de Antônio Gerson foi lançado na Câmara dos Vereadores e tem distribuição gratuita.

um desequilíbrio energético. O gás natural, que é uma energia mais barata e menos poluente, acaba sendo subutilizada. “Hoje a maior parte das termoeletricas utilizam grande quantidade de gás natural. Acontece que essas termoeletricas são pouco eficientes, pois foram construídas às pressas em momento de apagão no país. Elas aproveitam apenas 50% do valor energético do gás natural e o restante é descartada”, diz o engenheiro. Isso representa uma falta de eficiência. “Existem maneiras mais nobres de usar o gás natural, como o consumo residencial, por exemplo”, diz Antônio Gerson. Isso porque além de substituir o gás liquefeito (de botijão, caro e perigoso), na cozinha pode ser alternativa ao chuveiro elétrico, um dos vilões no consumo de energia.

Para o engenheiro Antônio Gerson, as termoeletricas poderiam ser

desligadas se o Brasil investisse mais em hidroeletrica e destinasse o uso do gás natural, que é um recurso escasso e que exige altos investimentos, para setores que utilizasse esse tipo de energia com mais eficiência.

O resultado final da utilização dos diferentes tipos de energia é o aumento dos custos ao consumidor final. “Todos os brasileiros estão pagando essa conta. Já está provado que as privatizações provocaram grandes danos ao país, porque quem continua investindo nesses setores é o Estado, através do BNDES e incentivos fiscais”, aponta.

BUEIROS EXPLOSIVOS

Entre os anos de 2006 e 2008, o Rio de Janeiro viveu um verdadeiro surto de explosões em bueiros, provocando acidentes e mortes. Mas, afinal, por que esses bueiros explodiam? As explicações

estão no livro “Gás Natural no Brasil”.

As explosões, que ocorrem até hoje, embora em menor quantidade, teriam sua origem na má gestão da empresa privadas CEG e CEG RIO (empresas da companhia Gás Natural Fenosa), segundo o engenheiro Antônio Gerson.

Até 1983 todo gás usado no Brasil era manufaturado, ou seja, fabricado em uma planta industrial no bairro de São Cristóvão, na zona norte do Rio de Janeiro. Quando foi descoberto o gás natural, que já sai do reservatório de petróleo pronto para o consumo, toda a matriz de distribuição teve que ser adequada. Essa mudança coincidiu com o período do processo de privatização da rede de distribuição de gás.

A partir de 1997, ano da concessão, foram iniciadas as conversões da rede de gás, que precisaram passar por adaptação porque o gás natural tem mais pressão que o gás manufaturado. O poder calórico do manufaturado é de 4.300 kcal, enquanto o natural é de 9.600 kcal. Então, era preciso mudar as tubulações de gás, substituir materiais e ajustar as juntas. “Aí começou o problema. Para economizar, a empresa concessionária contratou equipes sem experiência para fazer essa conversão. O trabalho ficou cheio de falhas, começou a vazar gás e ter explosões nas tubulações”, explica o engenheiro.

Por isso ele avalia que as medidas anunciadas pelo governo de Michel Temer (PMDB), de privatizar setores importantes da Petrobras, assim com a distribuição de água no Rio de Janeiro, é uma saída “terrível”. “Basta ver o que foi prometido na época das privatizações do governo FHC. Os investimentos e expansões não foram cumpridos. Os investimentos continuaram vindo do poder público, muitas vezes através do BNDES. Falar em privatização de novo é sinal de que não aprenderam nada com os erros do passado”, conclui o engenheiro.



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.

Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009

Tel: (0 XX 21) 3505-0707

Endereço: www.sengerj.org.br

Correio eletrônico: informe@sengerj2.org.br

comunicacao@sengerj2.org.br